

**X PROCESSO SIMPLIFICADO  
PARA SELEÇÃO DE  
ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE  
DIREITO****DIREITO CONSTITUCIONAL****1 - Marque a assertiva errada:**

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- a) Independência nacional; prevalência dos direitos humanos e auto-determinação dos povos;
- b) Não-intervenção, igualdade entre os Estados e defesa da paz;
- c) Solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo;
- d) Repúdio ao racismo e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- e) Não concessão de asilo político e controle de fronteiras.

**2 - Marque a assertiva errada:**

a) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

b) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

c) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

d) São gratuitas as ações de habeas corpus, mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

e) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

**3 - Marque a assertiva errada:**

a) Segundo o STF, é reconhecido o direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da “dignidade da pessoa humana”, entendendo-se a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família.

b) Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

c) O direito ao nome insere-se no conceito de dignidade da pessoa humana, princípio alçado a fundamento da República Federativa do Brasil (CF, art. 1º, III).

d) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

e) Não é lícito ao Judiciário impor à administração pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais. A supremacia da dignidade da pessoa humana não legitima a intervenção judicial na hipótese.

**4 - Sobre a organização dos Poderes, marque a assertiva errada:**

a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

b) O Poder Legislativo Federal é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

c) Cada Território elegerá quatro Deputados.

d) Cada Senador será eleito com um suplente.

e) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

**5 - Marque a assertiva errada:**

- a) Segundo o STF, a possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual — como masculino ou feminino — depende da realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

**6 - Sobre o controle de constitucionalidade, marque a assertiva errada:**

- a) A supremacia constitucional e o respectivo controle constitucional das leis decorrem, em termos gerais, da sistematização teórica do Estado liberal. As democracias constitucionais estabeleceram o princípio da primazia da lei, onde todo o poder político tem de ser legalmente limitado e controlado por instituições específicas.
- b) A constitucionalidade e a inconstitucionalidade designam um conceito relacional que se estabelece entre uma norma constitucional e outra que não lhe é conforme, que com ela é incompatível formal e/ou materialmente.
- c) As Constituições políticas como fontes irradiadoras de poder positivado dispõem de um sistema de órgãos para controlar a constitucionalidade do ordenamento jurídico. No direito comparado constitucional, temos três tipos de controle constitucional: o político, o jurídico e o misto.
- d) No Brasil, o controle político de constitucionalidade das leis e dos atos normativos pelo Congresso Nacional se faz mediante duas formas: uma preventiva e outra suspensiva. A primeira radica no processo legislativo mediante controle prévio de admissibilidade e constitucionalidade dos projetos de leis e das medidas provisórias, por meio do controle prévio de leis inconstitucionais, quanto à sua

existência e validade. A segunda forma visa sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa (art. 49, V, CF).

- e) O controle político pelo Presidente da República se faz, basicamente, pelo veto executivo que, considerando-o inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta o projeto de lei aprovado no Legislativo, comunicando e motivando seu ato ao Congresso Nacional, conforme o art. 60, § 1º, da Constituição Federal, e submetendo o projeto de lei vetado à imediata apreciação do Supremo Tribunal Federal, sob pena de nulidade.

**7 - Sobre as normas constitucionais, marque a assertiva errada:**

- a) Atualmente, não mais se concebe a ideia de que um texto constitucional seja desprovido de eficácia jurídica ou de que possua eficácia normativa apenas parcial. Um texto constitucional, na medida em que se reveste do atributo de juridicidade, estará apto a produzir plenamente efeitos jurídicos.
- b) Quanto à estabilidade ou processo de modificação das constituições, a doutrina as classifica, dentre outras, em: rígida, flexível e semirrígida.
- c) Diz-se que uma Constituição é flexível quando o processo de elaboração de suas normas, tendentes à sua alteração, é mais rigoroso ou mais complexo do que o procedimento previsto para elaboração das demais espécies normativas.
- d) A Constituição em sentido formal apresenta-se como um conjunto de normas jurídicas elaboradas solenemente pelo titular do poder constituinte originário, de modo que tudo o que restar consignado nesse documento é matéria constitucional.
- e) As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas cujo suporte fático contempla todos os elementos necessários para uma incidência direta.

**8 - Marque a assertiva errada:**

- a) Segundo o STF, é constitucional a Lei que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, garantindo a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente.
- b) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.

c) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

d) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional

e) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

**9 - Marque a assertiva errada acerca dos remédios constitucionais:**

a) Enquanto os direitos constitucionais são albergados em dispositivos declaratórios ou enunciativos, as garantias constitucionais estão descritas em normas de cunho assecuratório ou instrumental.

b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.

c) O Habeas Corpus é uma ação autônoma de impugnação, constitucionalmente estabelecida, objetivando preservar ou reestabelecer a liberdade de locomoção ilegalmente ameaçada ou violada.

d) O que é mandado de segurança é uma ação civil de rito sumário especial, destinada a afastar ofensa a direito subjetivo individual ou coletivo, privado ou público, através de ordem corretiva ou impeditiva da ilegalidade.

e) A controvérsia sobre matéria de direito constitucional impede a concessão de mandado de segurança.

**10 - Marque a assertiva errada:**

a) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica e excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

b) Através do controle difuso por via de exceção qualquer interessado poderá suscitar a questão de inconstitucionalidade, em qualquer processo, seja de que natureza for, qualquer que seja o juízo.

c) O direito brasileiro prevê o modelo de controle de constitucionalidade concentrado ou abstrato, sendo conceituado como um exemplo de sistema de controle

de constitucionalidade forte (strong form judicial review).

d) No controle de constitucionalidade concentrado, o Supremo Tribunal Federal analisa a constitucionalidade da lei ou ato normativo de forma abstrata, ou seja, dissociada de um litígio concreto.

e) O controle difuso por via de exceção não está consagrado no direito brasileiro, mas é amplamente utilizado em outros países, sobretudo na Europa.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**11 - "À Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza". Tal assertiva está de acordo com o princípio:**

a) da moralidade.

b) da publicidade.

c) da eficiência.

d) da impessoalidade.

e) da legalidade.

**12 - O poder conferido à Administração para distribuir as funções dos seus órgãos, estabelecer campos de atuação e fiscalizar a atuação dos seus agentes se refere ao:**

a) poder discricionário.

b) poder regulamentar.

c) poder hierárquico.

d) poder vinculado.

e) poder disciplinar.

**13 - O excesso de poder está relacionado com o seguinte elemento do ato administrativo:**

a) competência.

b) objeto.

c) finalidade.

d) forma.

e) nenhuma das anteriores.

**14 - É o atributo segundo o qual o ato administrativo pode ser imposto a terceiros independentemente de sua concordância, submetendo a vontade do particular à vontade do Estado:**

- a) tipicidade.
- b) imperatividade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) motivo.
- e) presunção de legitimidade.

**15 - A natureza jurídica da FUNAI é:**

- a) sociedade de economia mista.
- b) fundação pública.
- c) empresa pública.
- d) autarquia.
- e) nenhuma das anteriores.

**16 - Constituem tipos de licitação:**

- a) menor preço.
- b) melhor técnica.
- c) técnica e preço.
- d) maior lance ou oferta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**17 - Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, poderá ser formalizada verbalmente, desde que observe os termos da lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.
- b) autorização de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- c) permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- d) Caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- e) todas as alternativas estão corretas.

**18 - Sobre a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é INCORRETO afirmar:**

- a) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- b) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera.
- c) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado
- d) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador será responsabilizado mesmo quando provar culpa exclusiva do consumidor.
- e) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

**19 - Sobre os institutos da Decadência e a Prescrição nas relações de consumo, é INCORRETO afirmar:**

- a) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- b) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- c) obsta o início do prazo decadencial a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- d) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- e) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

**20 - Acerca da responsabilidade por vício do produto e do serviço, é correto afirmar:**

a) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

b) Em caso de reclamação por vício no produto, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, mas não perdas e danos.

c) Em nenhuma hipótese poderão as partes envolvidas na relação de consumo convencionar sobre a redução ou ampliação dos prazos previstos para reclamação, mesmo que mais benéficas ao consumidor, porquanto o Código de Defesa do Consumidor tenha natureza de ordem pública.

d) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou abatimento proporcional do preço, à escolha do fornecedor.

e) Embora seja possível ao consumidor exigir a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, o pagamento pelo fornecedor poderá ser efetuado de forma parcelada, desde que em até seis parcelas iguais e periódicas.

**21 - Sobre a Desconsideração da Personalidade Jurídica nas relações de consumo, é correto afirmar:**

a) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações oriundas das relações de consumo.

b) As sociedades coligadas responderão independentemente da evidência de culpa.

c) Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica sempre que ela for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

d) As sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações oriundas das relações de consumo.

e) A falência provocada pela má administração não é hipótese para desconsideração da personalidade jurídica.

**22 - Sobre as cláusulas abusivas previstas no Código de Defesa do Consumidor assinale a alternativa correta:**

a) São nulas de pleno direito as que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos.

b) São anuláveis as que subtraíam do consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.

c) São ineficazes as que transfiram responsabilidades a terceiros.

d) É possível que disponham sobre a utilização compulsória da arbitragem.

e) É possível que condicionem ou limitem de qualquer forma o acesso aos órgãos do Poder Judiciário, exigindo o requerimento prévio em órgãos a exemplo do PROCON.

## DIREITO CIVIL

**23 - Nos termos do Código Civil, cessará, para os menores, a incapacidade:**

a) Pela concessão dos pais, em instrumento particular, independentemente de intervenção judicial.

b) Pela conclusão do ensino médio.

c) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos mesmo que não tenha economia própria.

d) Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

e) Pelo exercício de atividade junto ao Poder Público na qualidade de menor aprendiz.

**24 - Sobre as associações, segundo estabelece o Código Civil, é correto afirmar:**

a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.

b) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

c) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

d) A qualidade de associado é intransmissível, não podendo o estatuto não dispor em contrário.

e) Para a exclusão do associado, considerando a sua natureza privada, é desnecessária a evidência de justa causa, tampouco oportunidade para oferecimento de defesa ou recurso.

**25 - Nos termos do Código Civil, sobre as obrigações alternativas, é correto afirmar:**

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- b) Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra, desde que justificadamente.
- c) No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, prevalecerá a vontade da maioria, sendo defesa a atuação do Poder Judiciário.
- d) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, extinguir-se-á a obrigação.
- e) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexecutíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.

**26 - Sobre a Responsabilidade Civil, é INCORRETO afirmar:**

- a) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- b) A indenização mede-se pela extensão do dano.
- c) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- d) Os pais são responsáveis pela reparação civil pelos atos dos seus filhos menores, mesmo que não estejam sob sua autoridade e sua companhia.
- e) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

**27 - Sobre as causas que impede ou suspendem a prescrição é correto afirmar:**

- a) Corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

b) Corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, mesmo que esgotado o exercício do poder familiar.

c) Não corre a prescrição entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

d) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, correrá a prescrição mesmo antes da respectiva sentença definitiva, pois prevalece a independência das instâncias cível e penal.

e) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, em nenhuma hipótese ela aproveitará aos demais, mesmo que a obrigação seja indivisível.

**28 - Sobre os imóveis, dispõe o Código Civil:**

- a) Consideram-se imóveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis, mas não as ações que os asseguram.
- b) Considera-se imóvel o direito à sucessão aberta.
- c) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que artificialmente.
- e) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

**29 - Sobre os bens públicos é INCORRETO afirmar:**

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) São bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças;
- c) São bens públicos de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
- d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- e) Os bens públicos dominicais não podem ser alienados em nenhuma hipótese.

**30 - Acerca das normas fundamentais positivadas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:**

- a) O Estado promoverá, até a prolação de sentença em primeiro grau, a solução consensual dos conflitos.
- b) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) Os juízes e os tribunais atenderão, necessariamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- d) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, sendo que tal preceito se aplica, inclusive, ao órgão julgador.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, salvo as deliberações administrativas internas.

**31 - Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto:**

- a) apenas as ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho.
- b) as ações de recuperação judicial, falência e acidente de trabalho, mas não as de insolvência civil.
- c) apenas as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.
- d) as ações de recuperação judicial, falência e de insolvência civil, mas não as de acidente de trabalho.
- e) as ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

**32 - Além de outros previstos no CPC/15, NÃO são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:**

- a) expor os fatos em juízo conforme a verdade;

- b) não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento;
- c) não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito;
- d) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, podendo criar embaraços à sua efetivação;
- e) informar e manter atualizados seus dados cadastrais perante os órgãos do Poder Judiciário.

**33 - Sobre os poderes, deveres e responsabilidade do juiz, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico, somente podendo decidir por equidade nos casos previstos em lei.
- b) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando no exercício de suas funções, proceder apenas com fraude.
- c) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz proferirá decisão que impeça os objetivos das partes, aplicando, de ofício, as penalidades da litigância de má-fé.
- d) O juiz dirigirá o processo conforme as disposições do CPC/15, incumbindo-lhe determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;
- e) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

**34 - Acerca do indeferimento da petição inicial, assinale a alternativa correta, segundo as disposições do sistema processual em vigência:**

- a) Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo ou de financiamento, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.
- b) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 15 (quinze) dias, retratar-se.

c) Considera-se inepta a petição inicial quando o autor carecer de interesse processual.

d) Não interposta a apelação contra a sentença de indeferimento da petição inicial, não há necessidade de intimação do réu acerca do trânsito em julgado da sentença.

e) A petição inicial será indeferida quando a parte for manifestamente legítima.

**35 - NÃO incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:**

a) inexistência ou nulidade da citação;

b) incompetência absoluta e relativa;

c) litispendência;

d) indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

e) Fatos impeditivos do direito do autor.

**36 - Assinale a alternativa correta no tocante à audiência de instrução e julgamento:**

a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, apenas em caso de não emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

b) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se em primeiro lugar, preferencialmente, as testemunhas arroladas pelo réu.

c) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.

d) A audiência não poderá ser adiada por convenção das partes.

e) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz determinará que os autos sejam feitos conclusos para sentença, não podendo proferi-la em audiência.

## **DIREITO PENAL**

**37 - Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta:**

a) Não há crime sem que a Constituição Federal o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, mas se houver sido condenado antes da entrada em vigor da lei, sofrerá os efeitos penais da sentença condenatória.

c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, caso não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

d) Considera-se praticado o crime no exato momento em que acontece o resultado.

e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

**38 - Sobre a teoria do crime, marque a alternativa errada:**

a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

b) A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

c) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

d) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

e) A semi-imputabilidade é causa de diminuição de pena.

**39 - Sobre as penas restritivas de direito, marque a correta:**

a) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações iguais ou superiores a seis meses de privação da liberdade.

b) Se o condenado for reincidente, o juiz não poderá substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

c) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, podendo, a depender da qualificação do condenado, ser remunerada.

d) As tarefas que serão atribuídas ao condenado independem de suas aptidões, bastando que não prejudiquem a sua jornada normal de trabalho.

e) Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

#### 40 - Sobre a aplicação da pena, marque a errada:

a) O critério de aplicação da pena privativa de liberdade adotado pelo Código Penal é o trifásico.

b) Culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias, consequências do crime e comportamento da vítima são circunstâncias judiciais analisadas para a fixação da pena-base.

c) Atenuantes e agravantes são causas valoradas na terceira fase de aplicação da pena.

d) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

e) No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.

#### 41 - Em relação aos crimes contra a vida, marque a correta:

a) O privilégio, se reconhecido para o crime de homicídio, implica em causa de redução de pena.

b) O feminicídio se refere apenas ao delito cometido no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.

c) É possível ao juiz deixar de aplicar a pena, se as consequências do homicídio doloso atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

d) Matar o próprio filho, durante o parto ou logo após, configura o delito de infanticídio.

e) Segundo o Código Penal, não se pune o aborto provocado por médico em caso de anencefalia.

#### 42 - Sobre os crimes contra a Administração Pública, marque a errada:

a) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em

proveito próprio ou alheio configura o crime de peculato.

b) O peculato admite a modalidade culposa.

c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura o crime de concussão.

d) Retardar ou deixar de praticar, ainda que de forma devida, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o crime de prevaricação.

e) A corrupção pode ser praticada por funcionário público ou por particular, sendo prevista no Código Penal, no primeiro caso, como corrupção passiva e, no segundo, como corrupção ativa.

#### 43 - Sobre a Lei de drogas, marque a correta:

a) Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga configura contravenção penal.

b) Oferecer droga, constantemente, mas sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem configura um dos delitos da Lei de drogas.

c) A Associação Criminosa prevista na Lei de drogas é de, no mínimo, três pessoas.

d) Conduzir embarcação, aeronave ou automóvel após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem, é crime previsto na Lei de drogas.

e) A Lei de drogas prevê modalidade culposa de crime.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

#### 44 - Sobre as disposições preliminares do processo penal, marque a correta:

a) O processo penal terá estrutura acusatória, sendo permitida a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação.

b) O CPP dispensa a realização de audiência de custódia em caso de cumprimento de mandado de prisão preventiva.

c) O juiz das garantias poderá prorrogar a duração do inquérito policial uma única vez, se o investigado

estiver preso, independentemente de representação da autoridade policial e da oitiva do Ministério Público.

d) As decisões proferidas pelo juiz das garantias vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

e) Fica assegurado às partes o amplo acesso aos autos acautelados na secretaria do juízo das garantias.

#### 45 - Sobre o inquérito policial, marque a correta:

a) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade, como no caso de crimes contra a liberdade sexual.

b) É vedado ao Ministério Público requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, salvo para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

c) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, em caso de autoria desconhecida.

d) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa para não contaminar a instrução criminal.

e) A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de manifestação fundamentada da autoridade policial e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

#### 46 - Sobre o incidente de insanidade mental, marque a alternativa errada:

a) O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou de ofício pelo juiz.

b) O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

c) Para o efeito do exame, o acusado, se estiver preso, será internado em manicômio judiciário, onde houver, ou, se estiver solto, e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado que o juiz designar.

d) Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, inimputável, o processo prosseguirá, com a presença do curador.

e) Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça.

#### 47 - Sobre o interrogatório, marque a incorreta:

a) Do interrogatório deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

b) Antes de iniciar o interrogatório, o acusado será informado pelo juiz do seu direito de permanecer calado e das consequências negativas de não responder às perguntas que lhe forem formuladas.

c) Após proceder ao interrogatório, o juiz indagará das partes se restou algum fato para ser esclarecido, formulando as perguntas correspondentes se o entender pertinente e relevante.

d) A todo tempo o juiz poderá proceder a novo interrogatório de ofício ou a pedido fundamentado de qualquer das partes.

e) Havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente.

#### 48 - Sobre a prisão em flagrante, marque a alternativa correta:

a) Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em atitude suspeita.

b) Nas infrações habituais, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a habitualidade.

c) Quando o acusado não souber ou não puder assinar o auto de prisão em flagrante, será colhida a sua impressão digital.

d) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal.

e) Se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade antes mesmo de lavrado o auto de prisão em flagrante.

#### 49 - Sobre o procedimento do júri, marque a correta:

a) O juiz lerá o nome de cada jurado sorteado para compor o Conselho de Sentença, e o Ministério Público, e, depois dele, a defesa poderão recusar os jurados sorteados, até 3 (três) cada parte, sem motivar a recusa.

b) Durante a instrução, os jurados não podem formular perguntas ao ofendido nem às testemunhas, mas podem tirar as suas dúvidas perguntando à defesa e à acusação.

c) Nos debates, o Ministério Público fará a acusação nos limites da pronúncia, de modo que não poderá

pedir aos jurados a absolvição nem a desconsideração de qualificadora ou causa de aumento de pena.

d) As decisões do Tribunal do Júri serão tomadas por unanimidade.

e) As causas de diminuição de pena serão quesitadas aos jurados antes das qualificadoras e causas de aumento de pena.

**50 - Sobre a Lei Maria da Penha, marque a certa:**

a) Feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve, de imediato, determinar a apreensão da arma de fogo em posse do agressor.

b) O juiz não poderá garantir à mulher servidora pública a sua remoção, ainda que em situação de violência doméstica e familiar, sob pena de ferir o princípio da separação dos poderes, cabendo à administração direta ou indireta analisar esse pedido.

c) As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

d) A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, salvo o relativo ao ingresso na prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

e) A ofendida poderá entregar intimação ou notificação ao agressor, se não houver risco pessoal.



**ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS  
DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA**